

## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Uberlândia

Parecer Técnico IEF/NAR UBERLANDIA nº. 220/2025

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2025.

## PARECER ÚNICO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: João Batista Figueira Neto	CPF/CNPJ: 302.326.276-49
Endereço: Av Jose Zacarias Junqueira 62	Bairro: Saraiva
Município: Uberlândia	UF: MG
Telefone: (34) 3336-7323	CEP: 384080-44
E-mail: <a href="mailto:dayane@ambientalsafra.com.br">dayane@ambientalsafra.com.br</a> / <a href="mailto:safra@ambientalsafra.com.br">safra@ambientalsafra.com.br</a>	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( X ) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	CEP:
E-mail:	

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda União	Área Total (ha): 215,5985
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrículas 7.659 e 8.018	Município/UF: Monte Alegre de Minas/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3142809-CE7CE5841D694512B434758285288AC5	

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	2078	unidades

## 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)		
			Fuso	X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	2078	un	22 K	698.354,133	7.909.544,22

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Agricultura	Área útil	170,9495

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Mata Atlântica	Outros-Corte de Árvores Isoladas		170,9495

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha floresta nativa	Lenha	339,63	m³
Madeira floresta nativa	Madeira	120,87	m³

## 1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 12/08/2025

Data da vistoria remota: 29/08/2025

Data de solicitação de informações complementares: 29/08/2025

Data do recebimento de informações complementares: 01/09/2025

Data de emissão do parecer técnico: 01/09/2025

## 2. OBJETIVO

O objetivo da intervenção ambiental requerida, através do corte de 2.078(duas mil e setenta e oito) árvores isoladas em área de 170,9495ha, tem como objetivo a ampliação da fronteira agrícola da propriedade.

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

### 3.1 Imóvel rural:

O Sr. João Batista Figueira Neto proprietário da Fazenda União - Mat. 7.659 e 8.018, com área total de 215,5985ha, localizada na zona rural do município de Monte Alegre de Minas/MG que possui cobertura vegetal nativa de 16,06%. A propriedade está inserida no Bioma Mata Atlântica, com tipologia de vereda e Floresta Estacional Semidecidual Montana. Coordenadas geográficas UTM 22K 7698.354,133 e 7.909.544,22.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3142809-CE7C.E584.1D69.4512.B434.7582.8528.8AC5

- Área total: 220,5857ha

- Área de reserva legal: 30,0786ha

- Área de preservação permanente: 29,3159ha

- Área de uso antrópico consolidado: 189,9486ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

( X ) A área está preservada: 30,0786ha

( ) A área está em recuperação: 0 ha

( ) A área deverá ser recuperada: 0 ha

- Formalização da reserva legal:

( X ) Proposta no CAR ( ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento:

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( X ) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 06

- Parecer sobre o CAR:

*"Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado, correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica remota realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida".*

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

O proprietário Sr. João Batista Figueira Neto, pleiteia realizar o corte de **2078 (duas mil e setenta e oito) árvores isoladas** em uma área de 170,9495ha com objetivo a ampliação da fronteira agrícola da propriedade. De acordo com o levantamento apresentado ([113691098](#)), foram identificadas 01 (uma) árvores da espécie Caryocar brasiliense - Pequi e 07 (sete) árvores da espécie Handroanthus chrysotrichus - Ipê-amarelo, ambas protegida por Lei e, portanto, serão suprimidas de acordo com a legislação vigente. Conforme requerimento, o rendimento lenhoso é de 339,63 m<sup>3</sup> de lenha e 120,87 m<sup>3</sup> de madeira, que será destinado para uso interno no imóvel ou empreendimento e Incorporação ao solo dos produtos florestais in natura.

Taxa de Expediente: R\$ 1.631,65 - 12/05/2025

Taxa Florestal Lenha: R\$ 2.629,89 - 12/05/2025

Taxa Florestal Madeira: R\$ 6.250,77 - 12/05/2025

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: **23137202**

#### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

A propriedade encontra-se dentro de prioridade para conservação da biodiversidade e de baixa a alta vulnerabilidade natural, segundo análise do IDE. Não está localizada próxima a Unidade de conservação. Está inserida dentro do Bioma Cerrado de acordo com a análise do mapa de biomas do IBGE, com tipologia vegetal de Vereda e Floresta Estacional Semidecidual Montana. De acordo com os estudos apresentados e após a análise técnica, não existem restrições ambientais na área de intervenção requerida conforme IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>.

- Vulnerabilidade natural: Baixa a Alta

- Prioridade para conservação da flora: Muito baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Dentro

- Unidade de conservação: Não

- Áreas indígenas ou quilombolas: Não

- Outras restrições: Não

#### 4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Atividades licenciadas: Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Classe do empreendimento:

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: Não Passível

- Número do documento:

#### 4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada de forma remota em 12/08/2025, utilizando-se ferramentas geo espaciais: Google Earth e IDE-Sisema, a fim de verificar se a árvore estava localizada em áreas protegidas do imóvel rural (Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Reserva Legal). Através dessa análise verificou-se que as árvores que serão suprimidas não se encontram em áreas protegidas.

No levantamento apresentado ([113691098](#)), foram identificadas 01 (uma) árvores da espécie Caryocar brasiliense - Pequi e 07 (sete) árvores da espécie Handroanthus chrysotrichus - Ipê-amarelo, ambas espécies protegidas por Lei. Por isso, a supressão dessas árvores deve seguir o que determina a Lei nº 20.308/2012. Além disso, foi apresentada uma proposta de compensação para as árvores que serão removidas.

##### 4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Relevo Planaltos e Chapadas da Bacia Sedimentar do Paraná

- Solo: o Latossolo Vermelho Distrófico

- Hidrografia: Bacia Hidrográfica do Baixo Paranaíba

##### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Possui uma vegetação típica do cerrado, sendo encontradas também espécies nativas como Jatobá-do-Cerrado, Guaritá, Sucupira e Lixeira.

- Fauna: Por se tratar de uma área em transição do bioma Mata Atlântica e Cerrado, as principais espécies que existem são aquelas encontradas no Cerrado, predominantemente pequenas aves. As aves compõem com muitas cores o cenário da região, onde podem ser encontrados carcarás, tucanos, araras, maritacas, seriemas, udus-de-coroa-azul, joões-de-barro, por exemplo. Já os mamíferos, alguns poucos podem, também, ser encontrados com uma frequência maior, como o saruê, a capivara e mesmo o mico-estrela.

#### 5. ANÁLISE TÉCNICA

Através das informações prestadas nos estudos, análise de imagens de satélite e utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SISEMA, verificou-se que as **2.078 (duas mil e setenta e oito)** árvores isoladas vivas em uma área de 170,9495 hectares com o objetivo a ampliação de fronteira agrícola. As árvores estão localizadas em área comum já antropizada antes 22 de Julho de 2008.

O levantamento ([113691098](#)) confirmou a presença de 01 (uma) árvores da espécie Caryocar brasiliense - Pequi e 07 (sete) árvores da espécie Handroanthus chrysotrichus - Ipê-amarelo na área de 170,9495 hectares. Ambas são espécies legalmente protegidas e serão suprimidas para desenvolvimento de atividades agrícolas. Não foram identificadas espécies ameaças de extinção conforme Portaria MMA 148/2022.

A Lei 20.308 de 2012 dispõe sobre os casos passíveis de autorização conforme abaixo:

Art. 2º A supressão do **pequizeiro** só será admitida nos seguintes casos:

- I – quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente;
- II – em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou, na ausência deste, do órgão ambiental estadual competente;
- III – em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.

A Lei 9.743 de 1988 dispõe sobre os casos passíveis de autorização conforme abaixo:

Art. 2º A supressão do **ipê amarelo** só será admitida nos seguintes casos:

- I - quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente;
- II - em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou, na ausência deste, do órgão ambiental estadual competente;
- III - em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.

Levando em conta a análise do histórico de imagens de 21 de junho de 2008, que evidencia a antropização da região, e a consulta à camada do MapBiomas – Coleção 9, que confirma o uso antrópico consolidado do local, é viável classificar a solicitação do empreendedor no inciso III do referido normativo.

Isso é justificado pela realidade atual da agricultura, que utiliza equipamentos de grande porte e alta precisão. Essa condição operacional dificulta a preservação dos indivíduos arbóreos remanescentes, sendo tecnicamente possível atender à solicitação de acordo com os critérios definidos.

Foi apresentado o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PTRF) ([113691101](#)) para compensar a supressão de **08 árvores protegidas**. Desse total, **01 Pequi e 7 são ipês-amarelos**.

A compensação será feita da seguinte forma:

- **Pequizeiro (01 indivíduo):** Serão plantadas **10 mudas de pequi**, seguindo a proporção de 1:10 (uma árvore suprimida para cada cinco plantadas).
- **Ipês-amarelos (07 indivíduos):** Serão plantadas **35 mudas de ipê-amarelo**, na proporção de 1:5.

Com isso, o total de mudas utilizadas para a compensação será de **45 indivíduos**. As mudas serão implantadas em **imóvel de terceiros**, Fazenda Piripá e Campo Limpo, matrículas nºs 11.835, 11.836, 11.837, 11.966 e 12.194, conforme anuência apresentada ([113691104](#)).

O rendimento lenhoso estimado é de 339,63 m³ de lenha e 120,87 m³ de madeira, *que será destinado para uso interno no imóvel ou empreendimento e Incorporação ao solo dos produtos florestais in natura*.

Diante das considerações, somos **FAVORÁVEIS AO DEFERIMENTO** das intervenções solicitadas.

#### 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

IMPACTOS AMBIENTAIS	MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS
Depreciação da qualidade do ar, quando da emissão de partículas solidas e de gases resultantes de combustão, em virtude do emprego de maquinarias em diferentes operações.	Aprimorar a qualidade dos combustíveis e a parte mecânica das maquinarias, diminuindo o seu potencial poluidor; implantar um sistema eficiente de manutenção das maquinarias; treinar melhor os operários para a execução racional das tarefas mecanizadas
Movimentação do solo ou erosão para a abertura e manutenção de estradas	Utilizar tratores com menor capacidade de compactação do solo; aprimorar o treinamento dos operários na execução das tarefas, evitando o excesso de compactação do solo e adotar boas práticas de conservação do solo.

Danos a microbiota do solo em razão da exposição do solo	Realizar o plano de cobertura vegetal o quanto antes possível, afim de proteger o solo das intempéries
Assoreamento de cursos hídricos	Construção de curvas em nível e cacimbas
Morte acidental de animais	Caso detectado locais de reprodução, ninhos, abrigos e alimentos da fauna silvestre, mantê-los e isolá-los.

## 6. CONTROLE PROCESSUAL

Não se aplica.

## 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO TOTAL** do requerimento de corte de **2.078 (duas mil e setenta e oito)** em uma área de **170,9495ha**, localizada na propriedade rural Fazenda União, Matrícula nº 7.659 e 7.018. Foi constatado através de mapa planimétrico e dos arquivos digitais que as árvores que serão suprimidas não se encontram em áreas protegidas (APP e Reserva Legal). O rendimento lenhoso estimado é de 339,63 m³ de lenha e 120,87 m³ de madeira, que será destinado para uso interno no imóvel ou empreendimento e Incorporação ao solo dos produtos florestais in natura.

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

1. Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 10 (dez) mudas de pequi como medida compensatória pela supressão de 01 indivíduos (10:1) nos termos da Lei 10.883/1992, artigo 2º, § 1º e 35 (trinata e cinco) mudas de ipê amarelo como medida compensatória pela supressão de 07 indivíduos (5:1) nos termos da Lei 9.743/1988, artigo 2º, § 1º. Área do projeto 312 M² em área de APP antrópica. Coordenada referência do local: 697.925,11 m E/ 7.909.818.05 m S (22K, Sirgas2000).
2. Apresentar relatórios anuais com anexos fotográficos do desenvolvimento do PTRF e replantios que forem necessários pelo período de 5 anos nos termos da Lei 10.883/1992, artigo 2º, § 4º e Lei 9.743/1988, artigo 2º, § 3º. Primeiro relatório deve ser apresentado 6 meses após a implantação do PTRF que deve ocorrer no primeiro período chuvoso após a emissão do ato autorizativo.
3. Dentre as 2.078 árvores autorizadas estão 01 pequi e 07 ipês amarelo que são passíveis de autorização nos termos da Lei 10.883/1992, artigo 2º, inciso III e Lei 9.743/1988, artigo 2º, inciso III.

### 8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Não se aplica

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Taxa de Reposição Florestal Lenha e madeira: R\$ 15.282,15 - 10/09/2025

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(X) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 10. CONDICIONANTES

### Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Apresentar relatório técnico fotográfico da execução e evolução do PTRF apresentado nos estudos.	6 meses após início do PTRF
2	Apresentar relatório técnico fotográfico da evolução do PTRF apresentado nos estudos.	Anualmente por 5 anos

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

## INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC ( X ) SUPERVISÃO REGIONAL

## RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Patrícia Fernandes Tavares Pacheco

MASP: 1.578.225-3



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Fernandes Tavares Pacheco, Gerente**, em 12/09/2025, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **122698276** e o código CRC **94706488**.

Referência: Processo nº 2100.01.0016620/2025-79

SEI nº 122698276